HERANÇA DIGITAL, VALOR PATRIMONIAL E SUCESSÃO DE CONTEÚDO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Isllia Andrade Faria

Para Tartuce, a palavra sucessão significa “transmissão, o que pode ocorrer por ato intervivos ou mortis causa”¹. Assim sendo, por meio da sucessão *mortis causa*, “ocorre a transmissão do patrimônio do falecido, ou seja, de suas relações jurídicas em geral, sejam elas ativas (créditos) ou passivas (débitos). Tal sucessão é chamada de sucessão hereditária”².

O Código Civil Brasileiro traz duas espécies da sucessão *causa mortis*: a legítima e a testamentária. Na primeira, os bens do falecido seguirão a ordem de vocação hereditária prevista em lei (art.1.829). Na segunda, os efeitos decorrem do ato de última vontade do falecido que deixa testamento ou codicilo (art. 1.786).

A sucessão, portanto, tem por base o patrimônio, que nas palavras de Orlando Gomes, pode ser definido “como sendo o complexo de direitos e obrigações pecuniariamente apreciáveis inerentes a uma pessoa, incluindo-se, além de coisas, todo o conteúdo econômico das quais participe a pessoa, ativa ou passivamente.” (GOMES, 2002)

Acontece que o direito sucessório, classificado como direito fundamental pela Constituição da República de 1988 e previsto no Livro V do Código Civil Brasileiro, ainda não se encontra preparado para suportar a realidade virtual contemporânea, tampouco, para acolher o novo formato de patrimônio representado pelos bens digitais.

¹ TARTUCE, José Flávio. *Direito das Sucessões*. São Paulo: Editora Método, 3ª Edição, 2010.

² GOMES, Orlando. *Sucessões*. Rio de Janeiro, Editora Forense, 7ª Edição, 2002.

Tais bens são separados entre os suscetíveis de valoração econômica, ou seja, que se podem monetizar e possuem utilidade patrimonial, e os insuscetíveis de valoração econômica, mas que possuem valor moral. Exemplificando, os primeiros seriam os sites de e-commerce, materiais de estudos/pesquisas, álbuns musicais, ebooks, games, etc. Já os segundos seriam os e-mails, contas em redes sociais, fotografias digitais, etc.

Como se percebe, atualmente, os serviços oferecidos pela Internet são os mesmos do mundo físico. Contudo, antes comprávamos livros e discos, colocando-os em estantes e, após a morte, eram automaticamente transmitidos aos sucessores. Hoje, adquirimos e-books, músicas ou aplicativos em lojas online que são protegidos em contas digitais por meio de login/senhas. Na prática, normalmente se verifica o desprezo desses bens no momento da abertura da sucessão, principalmente por ainda não serem tutelados por legislação específica.

Pesquisa sobre o valor dos ativos digitais no Brasil, realizada pela empresa de segurança digital McAfee e divulgada em setembro de 2012, já revelava que o valor médio atribuído pelos brasileiros aos seus patrimônios digitais era superior a R\$ 200 mil. Além disso, entrevistados indicaram que 38% de seus bens digitais eram insubstituíveis.

Dessa forma, tendo em vista que o patrimônio digital vem agregando progressivamente valor econômico e, em contrapartida, o fato de os bens digitais com valor apenas sentimental não possuírem abrangência dentro do conceito de patrimônio do *de cuius*, surgem muitas dúvidas sobre o que fazer com os bens digitais no momento do falecimento de seu dono.

Inicialmente pode parecer bobagem, mas a reputação é um bem valioso até para quem morre. Por exemplo, pode ser que o falecido opte que sua esposa ou/e seus filhos não tenham acesso a qualquer arquivo constante em suas redes sociais ou e-mails. Pode ser, ainda, que a morte de um ente querido aconteça de forma trágica,

fazendo com que as pessoas ou familiares queiram preservar o seu luto e a sua privacidade e desejem, por exemplo, a exclusão de seu perfil no facebook.

Alguns sites já atendem essa demanda. O americano SecureSafe possibilita que usuários possam hospedar seus arquivos e senhas em um servidor seguro para pessoas próximas em caso de morte. O usuário pode separar dados diferentes para transferir para determinadas pessoas, além de poder selecionar arquivos que gostaria que fossem deletados do sistema quando chegar a hora.

É preciso designar uma pessoa de confiança para ser responsável pelo processo. No Brasil, o site Brevitas oferece serviço semelhante, especificamente focando no gerenciamento das redes sociais após a morte do cliente. Quem busca a empresa pode escolher para quem transferir suas contas de email, blog ou redes sociais³.

De qualquer forma, atualmente, o recomendado é que se faça um testamento.

No Brasil, embora não exista lei específica permitindo a inclusão da herança digital em testamentos, também não há lei proibindo. “Em São Paulo, alguns tabeliães já aceitam fazer um inventário fechado com senhas de alguns serviços na internet sob a lógica de que a legislação brasileira não traz qualquer impedimento nesse sentido.” (ATHENIENSE, 2012)⁴.

Neste documento, o futuro falecido poderá definir quem será seu herdeiro digital, deixando ali seus logins, senhas, contas virtuais, bem como decidir quem terá acesso a esse acervo e o que deverá ser feito com ele, ou até mesmo determinar que ninguém poderá ter este acesso, evitando, assim, maiores complicações e prejuízos no futuro para os envolvidos.

³ <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/decida-quem-ficara-com-seus-mp3-e-e-books-quando-voce-morrer>

⁴ ATHENIENSE, Alexandre. *Herança digital já chegou ao Brasil*. 2012. Disponível em: <<http://alexandre-atheniense.jusbrasil.com.br/noticias/2986795/heranca-digital-ja-chegou-aobrasil>>

Caso não haja o testamento, a herança digital de valoração econômica será colacionada no inventário dos bens do falecido e assim será distribuída em ação judicial para os legítimos herdeiros legais. Em relação aos bens sem valor econômico, se o falecido não faz o testamento, seu legado ficará sujeito à política de privacidade e aos termos de uso de cada umas dessas empresas.

Atualmente, Facebook e Instagram já preveem em seus termos de uso procedimento específico para transformar o perfil de pessoa falecida em um memorial. Para isso, necessário preencher formulário online e enviar o atestado de óbito para a empresa. Assim, o usuário não irá mais aparecer na busca de amigos, tampouco poderá ser adicionada por outros usuários. Outra opção dada pelas empresas é o encerramento da conta, desde que determinados critérios sejam cumpridos e alguns documentos apresentados.

O Facebook possibilita ainda que o usuário crie um contato herdeiro, ou seja, uma pessoa escolhida para gerenciar a conta na rede social, quando for transformada em memorial. Esse contato poderá responder às novas solicitações de amizade, atualizar imagem de perfil e foto de capa. Não poderá, no entanto, fazer login na conta, remover conteúdo postado anteriormente e nem acessar mensagens enviadas. Caso haja preferência para a remoção de uma conta, basta acessar as configurações da conta e selecionar a aba “contato herdeiro” e informar os dados solicitados. Não há permissão para acesso à conta de outra pessoa em razão de tal fato violar a política do Facebook.

A rede social Twitter permite seja apagado o perfil do usuário, mas exige que a documentação seja enviada via Correios à empresa. Se não quiser fazer isso, a família pode esperar a remoção automática do perfil, já que as contas que ficam sem efetuar login por seis meses são desativadas. O procedimento realizado pelo LinkedIn envolve apenas o encerramento da conta, não havendo menção sobre eventual permissão de acesso a eventuais arquivos armazenados na rede.

O Google permite que seus usuários deixem uma espécie de testamento virtual para contas de Gmail, perfil do Google+, Picasa e YouTube. O Gerenciador de Contas Inativas possibilita que, depois de um período predefinido, o internauta opte por excluir os dados ou autorizar o acesso a um parente ou amigo de confiança. Para evitar mal-entendidos, o Google envia mensagem de texto ao celular e a outras contas de e-mail antes de concluir o processo⁵.

No que diz respeito à música e livros, algumas empresas responsáveis por vendas desses produtos têm se posicionado pela negativa de fornecimento de dados sob a alegação de proteção da privacidade do usuário. A Apple afirma, por exemplo, na política de uso da iTunes Store, a proibição de vender, alugar, emprestar, transferir ou sublicenciar o aplicativo adquirido. Ou seja, em caso de morte ou incapacidade, não há permissão dessa transferência de conteúdo.

Já a Amazon, no caso de conteúdo do e-reader Kindle, apesar do usuário pagar pela aquisição do produto, a empresa cita que é apenas uma licença de uso e não uma compra⁶. Dessa forma, como a decisão final fica sempre a critério do provedor, eventualmente pode ser necessário acionar o Poder Judiciário. A esse respeito, alguns casos são famosos. Nos Estados Unidos, a discussão ganhou repercussão depois que a professora Karen Willians, para poder manter o perfil de seu filho, Loren, no ar, ajuizou ação judicial contra o Facebook.

Loren morreu em 2005, aos 22 anos, em um acidente de moto. Como forma de relembrar o passado, ela conseguiu a senha e passou a acessar a conta do rapaz, lendo depoimentos de amigos e parentes. Quando Karen mandou mensagem para a companhia pedindo instruções sobre como proceder para que o perfil não fosse exterminado, o site fechou o acesso para ela. A professora venceu a batalha judicial e, após dois anos, teve o acesso liberado, mas por apenas dez meses.

⁵ <http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/colunas/66633/heranca+digital.shtml>

⁶ <http://eggnunes.com.br/algumas-duvidas-podem-surgir-quando-o-assunto-e-heranca-testamento-e-direito-dos-familiares-depois-que-um-parente-morre/>

O caso abriu um precedente judicial e o assunto começou a chamar a atenção dos legisladores americanos. Em 2010, o Estado de Oklahoma aprovou uma lei estabelecendo que o executor de um testamento também tem o direito de administrar as contas de redes sociais e outros serviços virtuais que a pessoa usava antes de morrer⁷.

Outro caso de repercussão foi o de Justin M. Ellsworth, morto no Iraque em 2004. A resposta da empresa Yahoo aos seus pais, quando pediram para ter acesso à conta de e-mail do filho, foi negativa. O provedor de e-mail negou acesso ao conteúdo, sob alegação de que o e-mail é uma espécie de comunicação privada e há o compromisso de confidencialidade e proteção entre o usuário e a empresa. A família de Ellsworth teve que processar a companhia para conseguir os dados.

Dessa forma, conclui-se que, independente da decisão de cada um, a vontade de permitir que seus familiares tenham acesso ou não aos bens da sua morte tem que ser registrada em vida, sendo essa a única maneira de respeito ao seu desejo. Não sendo registrada, a herança digital irá sempre depender da decisão de terceiros, seja da política do site, vontade de seus herdeiros ou decisão do Poder Judiciário.

⁷http://istoe.com.br/195987_TESTAMENTO+DIGITAL/